

## Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,  
republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de  
4 de março.  
Código Penal.

## AVISO

### Encerramento administrativo do estabelecimento de apoio social denominado... / de um estabelecimento de apoio social sem denominação / designado

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato de um estabelecimento de apoio social sem denominação, com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de Octávio Manuela Amaral Viana;
- está instalado em Rua da Tapada, 15 D, 2715-403 Almargem do Bispo .

artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigo 40.º, n.º 1, alínea b),  
e n.º 3, do Decreto-Lei n.º  
64/2007, de 14 de março

#### Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 01/2016, de 5 de janeiro de 2016, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

artigos 35.º e 36.º do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março

#### Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

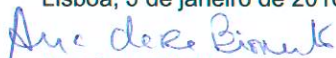
artigo 348.º, alínea b), do  
Código Penal

#### Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

artigo 40.º, n.º 3, do  
Decreto-Lei n.º 64/2007,  
de 14 de março  
artigos 347.º e 357.º do  
Código Penal

Lisboa, 5 de janeiro de 2016

  
Ana Clara Birrento  
A Presidente